



**Bloco de Esquerda**  
*Grupo Parlamentar*

**Exmo. Senhor Presidente**  
**da Comissão de Economia e Obras Públicas**  
**Senhor Deputado Luís Campos Ferreira**

São Bento, 21 de Julho de 2011

O preço dos transportes públicos sofreu, já em 2010, um aumento superior ao valor da inflação em Portugal, com pesadas consequências para a realidade diária da população a residir em Portugal.

Hoje, ficamos a saber que o Governo pretende efectuar um novo aumento no preço dos transportes públicos – tarifas e passes sociais – que poderá atingir os 15%, em média.

O poder de compra dos cidadãos em Portugal tem vindo a ser drasticamente reduzido com os sucessivos cortes nos salários, aumentos de impostos, em especial do IVA, e restantes medidas de austeridade em curso. Uma subida, como aquela que é agora anunciada, no preço dos transportes públicos, imporá mais um peso no orçamento das famílias, que rapidamente se torna insustentável.

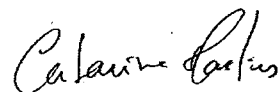
A medida em causa terá fortes impactos nas famílias mais pobres, deslocadas e com menores recursos, remetendo, uma vez mais, para os mais pobres, todo o esforço do ajustamento orçamental. Num momento em que a inflação em Portugal ainda está longe dos 4%, e em que o preço internacional do crude se encontra em queda, a justificação para um aumento de 15% no preço dos transportes públicos torna-se de difícil compreensão.

A medida em causa, para além do seu carácter profundamente anti-social, acarreta ainda fortes impactos ambientais e consequências ao nível da mobilidade nos centros urbanos. O aparente esforço desenvolvido pelo Governo, bem como pelas principais autarquias do país, no sentido de promover formas de deslocação mais ecológicas e de diminuir o número de automóveis nos centros das cidades portuguesas parece agora ser absolutamente contraditório a decisão de tornar os transportes públicos 15% mais caros

Neste sentido, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a presença do Senhor Ministro da Economia e do

Emprego para prestar esclarecimentos aos deputados sobre o futuro dos transportes colectivos e do passe social, em momento diverso daqueles previstos no artigo 104º do Regimento.

A Deputada do Bloco de Esquerda

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Catarina Martins', written in a cursive style.

Catarina Martins